

Balanco da Fiscalização do Auxílio Emergencial

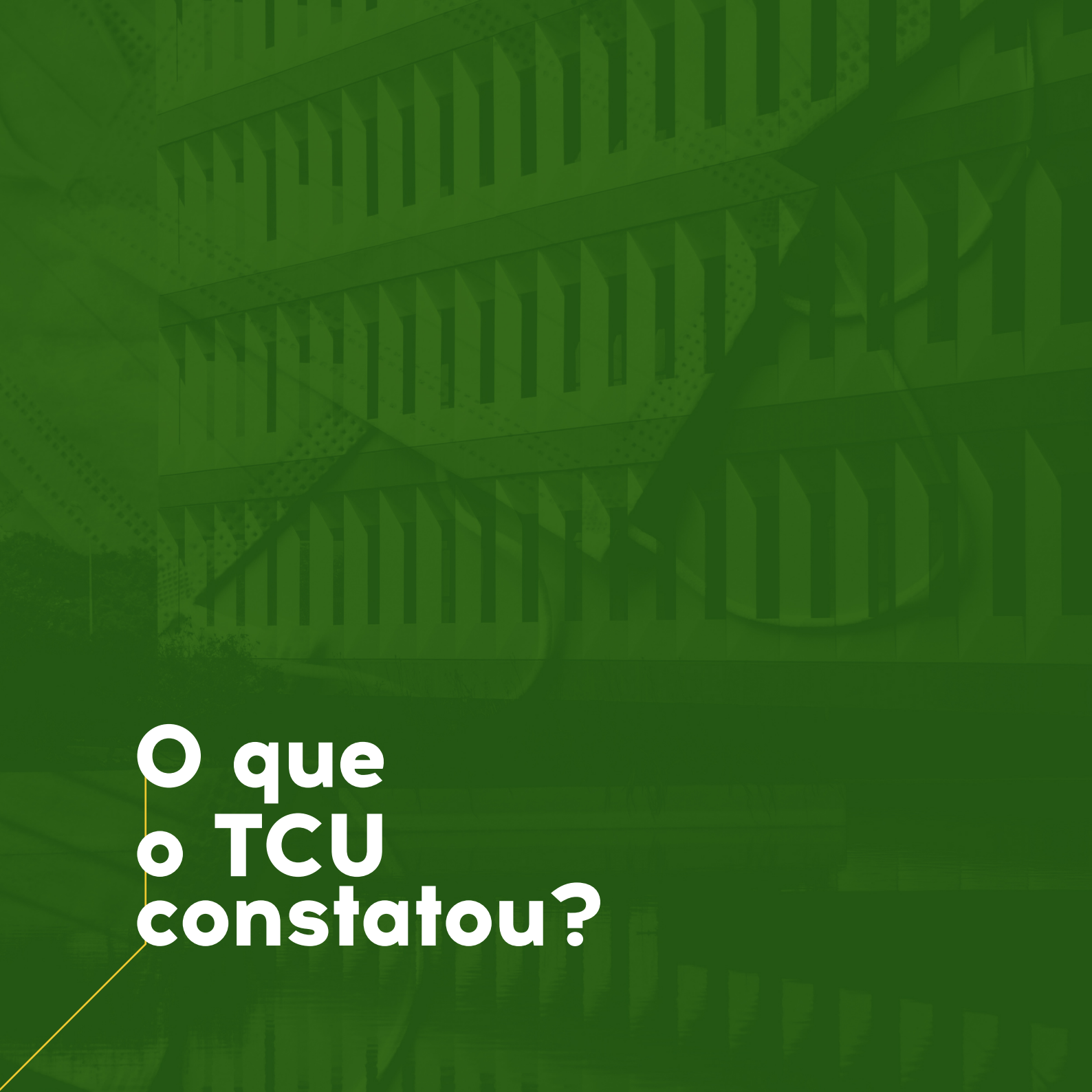
Atualizado em set/2022

coopera 

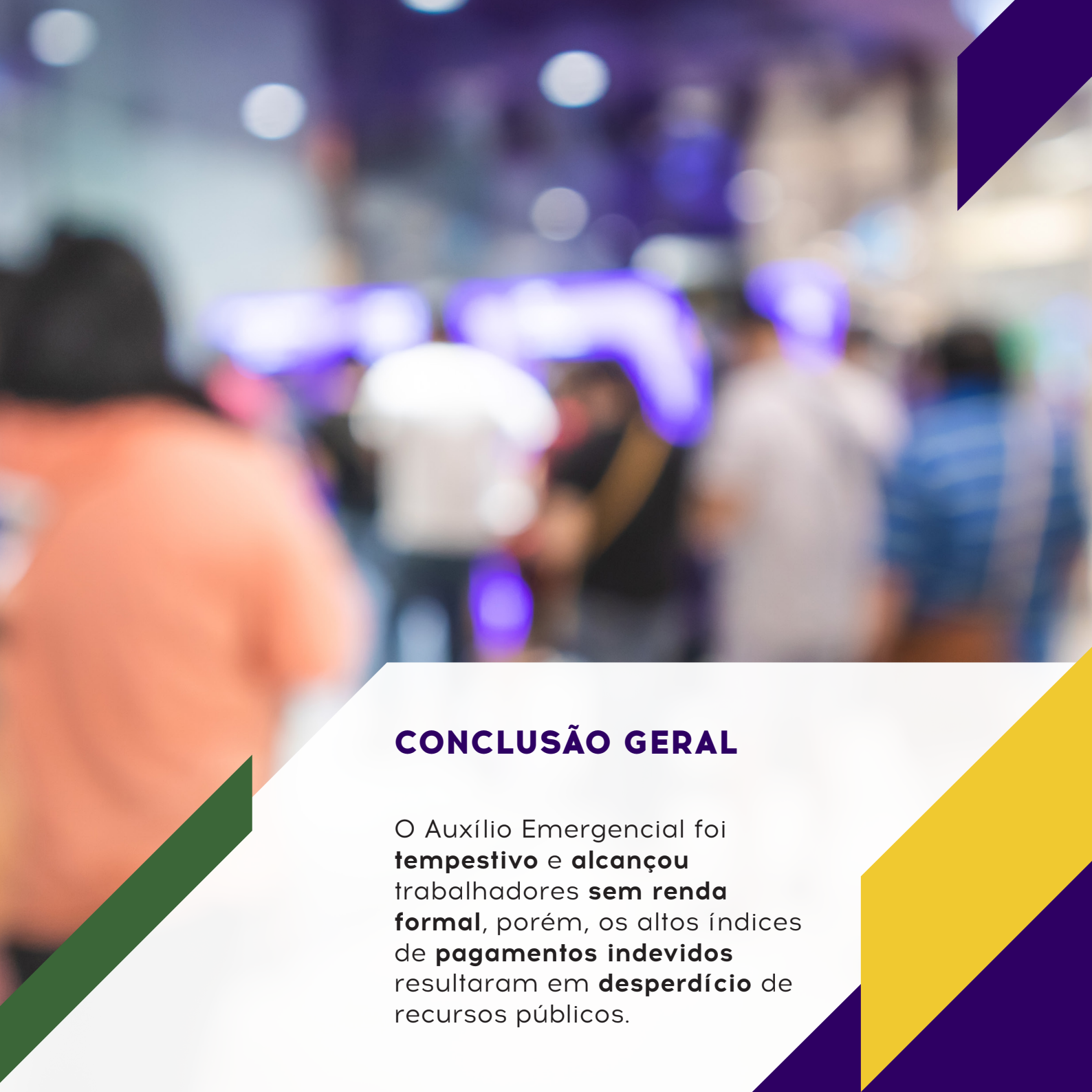
Programa especial de atuação no
enfrentamento à crise da **COVID-19**

RELATOR
MINISTRO
BRUNO DANTAS





O que
o TCU
constatou?



CONCLUSÃO GERAL

O Auxílio Emergencial foi **tempestivo** e **alcançou** trabalhadores **sem renda formal**, porém, os altos índices de **pagamentos indevidos** resultaram em **desperdício** de recursos públicos.

1) ESTIMATIVA DE R\$ 45 BILHÕES EM PAGAMENTOS INDEVIDOS

A comparação entre a estimativa de público-alvo do auxílio emergencial, com base nas informações da PNAD Contínua, e a quantidade efetiva de beneficiários do auxílio emergencial, permitiu estimar que cerca de 7,4 milhões de pessoas fora dos requisitos legais teriam sido beneficiadas indevidamente, recebendo ao menos uma parcela. Também permitiu calcular que 6,4 milhões de mães ganharam indevidamente uma cota excedente do benefício. A soma desses dois erros de focalização gerou um custo estimado de pagamentos indevidos de aproximadamente R\$ 45,7 bilhões, já considerando os pagamentos interrompidos por ações de controle.

ESTIMATIVA DE PAGAMENTOS INDEVIDOS

				
Estimativa considerada	Elegíveis (A)	Estimativa PNAD (B)	Qtde. de beneficiários indevidos $C = (A - B)$	Pagamento indevido (R\$)
Elegíveis a mais	67.944.967	60.495.540	7.449.427	21.533.874.753,52
Mães chefes de família a mais	10.814.358	4.366.365	6.483.993	24.241.633.968,14
Total				45.775.508.721,66

14% DE R\$ 330 BILHÕES PAGOS PARA O AUXÍLIO EMERGENCIAL EMERGENCIAL

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Cidadania
Informações do 5º e 6º Relatórios de Acompanhamento.
*Já considerados os pagamentos evitados por ações de controle e cancelamento decorrente de mudanças nas regras.

2] DETECÇÃO DE 4,9 MILHÕES DE BENEFICIÁRIOS INDEVIDOS

TCU, CGU e tribunais de contas e controladorias gerais subnacionais identificaram **4,9 milhões de benefícios indevidos** até julho de 2021 que **foram retirados do auxílio emergencial**. Estima-se que foram prevenidos R\$ 12,3 bilhões em pagamentos indevidos que teriam sido pagos se esses benefícios continuassem ativos até a última parcela.

TAXA DE PAGAMENTOS INDEVIDOS DETECTADOS POR ÓRGÃOS DE CONTROLE

TCU → CGU → TCEs CGEs = 4,9 milhões de benefícios cancelados

**+DE 7% DAS 68 MILHÕES DE PESSOAS QUE
RECEBERAM ALGUMA PARCELA
(SITUAÇÃO ATÉ JULHO DE 2021)**

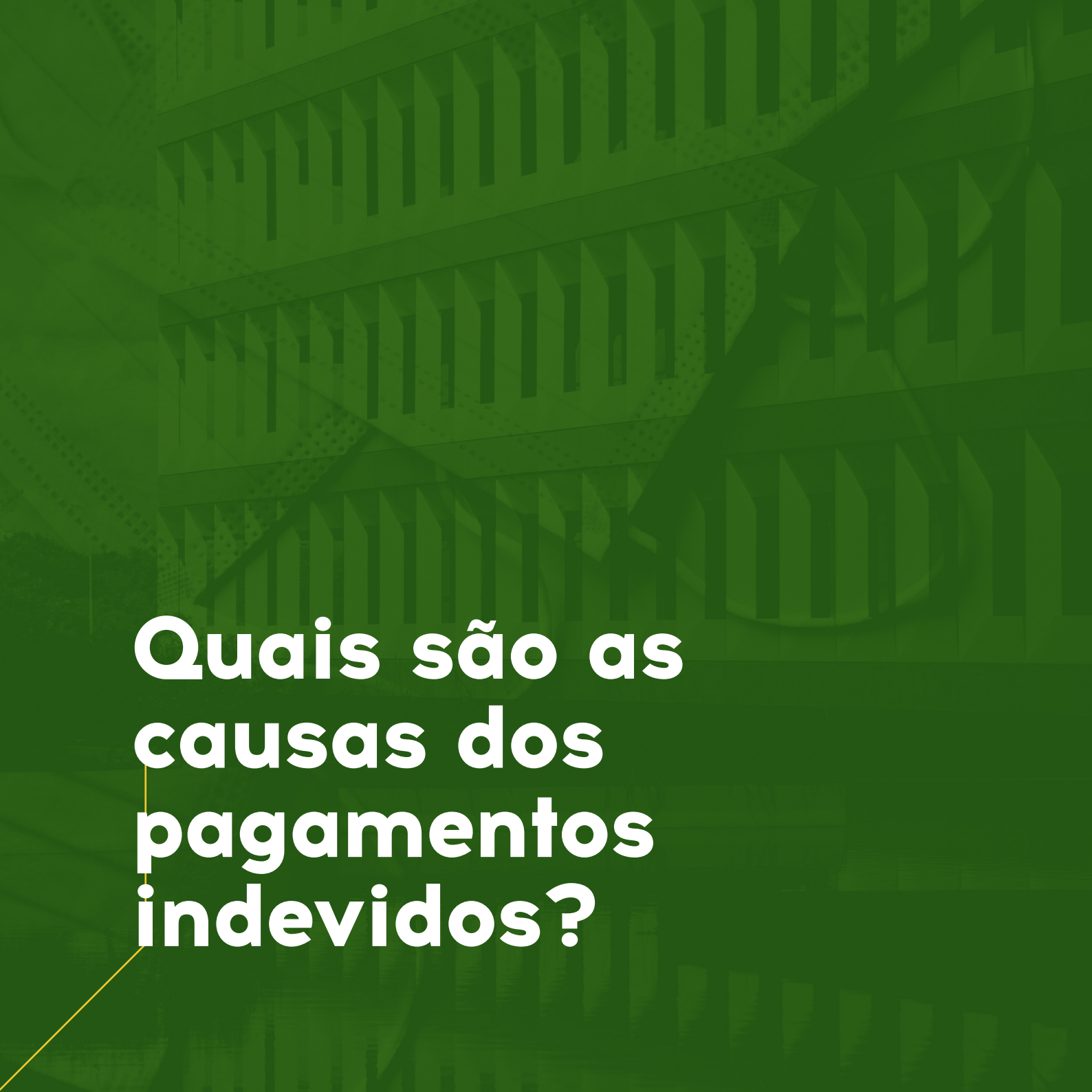
VEJA MAIS NO 6º RELATÓRIO DO
ACOMPANHAMENTO DO AUXÍLIO



**R\$ 12,3
bilhões**

**QUANTO FOI
PREVENIDO?**

Estimativa de R\$ 12,3
bilhões em pagamentos
indevidos que seriam
realizados sem a detecção
pelos órgãos de controle.

The background is a solid green color with a complex, repeating geometric pattern of vertical and horizontal lines, creating a sense of depth and texture. A thin yellow line starts from the bottom left corner and extends diagonally upwards towards the text.

**Quais são as
causas dos
pagamentos
indevidos?**

1] AUSÊNCIA DE REVISÃO PERIÓDICA DOS REQUISITOS LEGAIS

A cada mês, centenas de milhares de pessoas entram no mercado formal de emprego, obtêm um benefício do INSS e até mesmo vêm a óbito. A interpretação inicial de que os requisitos deveriam ser confirmados apenas na concessão do auxílio emergencial contribuiu para manter como beneficiários pessoas que perderam as condições de elegibilidade.

2] AUTODECLARAÇÃO E REGRAS LEGAIS NÃO VERIFICÁVEIS

A verificação automatizada de requisitos de elegibilidade pressupõe a existência de dados confiáveis. Porém, os limites de renda familiar e per capita, e de cotas e membros por família são de difícil confirmação, devido à ausência de dados cadastrais confiáveis sobre renda do trabalhador informal, composição familiar e domicílio. A autodeclaração de renda e composição familiar é um controle muito vulnerável.

REGRAS FORA DE CONTROLE



Renda Per Capita de ½ salário mínimo

8 milhões de domicílios com **renda per capita** acima de ½ salário mínimo receberam o auxílio.



Mães chefes de família

6 milhões de mães identificadas como **chefes de família** acima das estimativas estatísticas.



2 membros por família

8 milhões de pessoas podem ter recebido como **terceiro ou quarto membro** da família beneficiária.

3] BASES DE DADOS INCOMPLETAS E INTEMPESTIVAS

Embora os cruzamentos realizados pela Dataprev tenham permitido o indeferimento de cerca de 57 milhões de solicitações que não atendiam aos critérios legais, cruzamentos posteriores realizados pelos órgãos de controle detectaram pagamentos indevidos ao utilizar bases de dados adicionais e mais atualizadas, com destaque para bases de dados: da Receita Federal, do Ministério da Defesa, dos Poderes Legislativo e Judiciário, de estados, do DF e dos municípios, e do Tribunal Superior Eleitoral. A ausência do sistema integrado de dados, previsto no art. 12 da EC 103, foi considerada a principal causa para essa fragilidade.

BASES DE DADOS INCOMPLETAS E INTEMPESTIVAS

**DADOS QUE
CHEGARAM
ATRASADOS**

- Ministério da Defesa

- Estados, DF e municípios

- Poderes Legislativo e Judiciário

- Receita Federal

- TSE

**Como o TCU
contribuiu
para aprimorar
o Auxílio
Emergencial?**



RECONHECIMENTO PELO GESTOR

“Este novo programa, denominado Auxílio Emergencial Residual, apesar de incidir sobre o mesmo público, incorpora melhorias no seu processo de concessão, com base na experiência obtida com a operacionalização do Auxílio Emergencial, **inclusive procurando sanar as imperfeições apontadas pelos órgãos de controle, em especial as recomendações apresentadas pelo Tribunal de Contas da União**”.

Ministério da Cidadania
(Peça 409 TC O16.827/2020-1)



1] DETERMINAÇÃO PARA VERIFICAÇÃO MENSAL DE ELEGIBILIDADE

Com a prorrogação para até nove parcelas do AE, a revisão dos parâmetros iniciais se tornou um imperativo e foi objeto de determinação do TCU (Acórdão 2.282/2020), sendo incorporada às novas condições estabelecidas pela MP 1000/2020. Na primeira revisão, foram identificados 591 mil beneficiários que não mais atendiam aos critérios de concessão do benefício, representando uma economia estimada em mais de R\$ 700 milhões.

**ACÓRDÃO 2282/2020
DETERMINA RETIRAR
DO AUXÍLIO PESSOAS
QUE TENHAM
CONSEGUIDO EMPREGO
FORMAL OU OUTRO
BENEFÍCIO FEDERAL.**

**NA PRIMEIRA
VERIFICAÇÃO EM
OUTUBRO FORAM
RETIRADAS 591
MIL PESSOAS QUE
CONSEGUIRAM
RENDA FORMAL.**

2] ESTIMATIVAS DEMONSTRARAM FALHAS NA VERIFICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO FAMILIAR

No 3º relatório do acompanhamento do auxílio emergencial, o TCU apontou falhas na verificação de limites de renda e cotas por família e, em seguida, a MP 1000/2020 reduziu de 3 para 2 cotas, preservando a cota dupla para mães chefes de família. O TCU estimou 8 milhões de famílias beneficiárias do auxílio acima da renda per capita de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 6 milhões de mães identificadas como chefe de família acima das estimativas baseadas na PNAD Contínua e 8 milhões de pessoas que podem ter recebido além do limite de 2 membros por família.

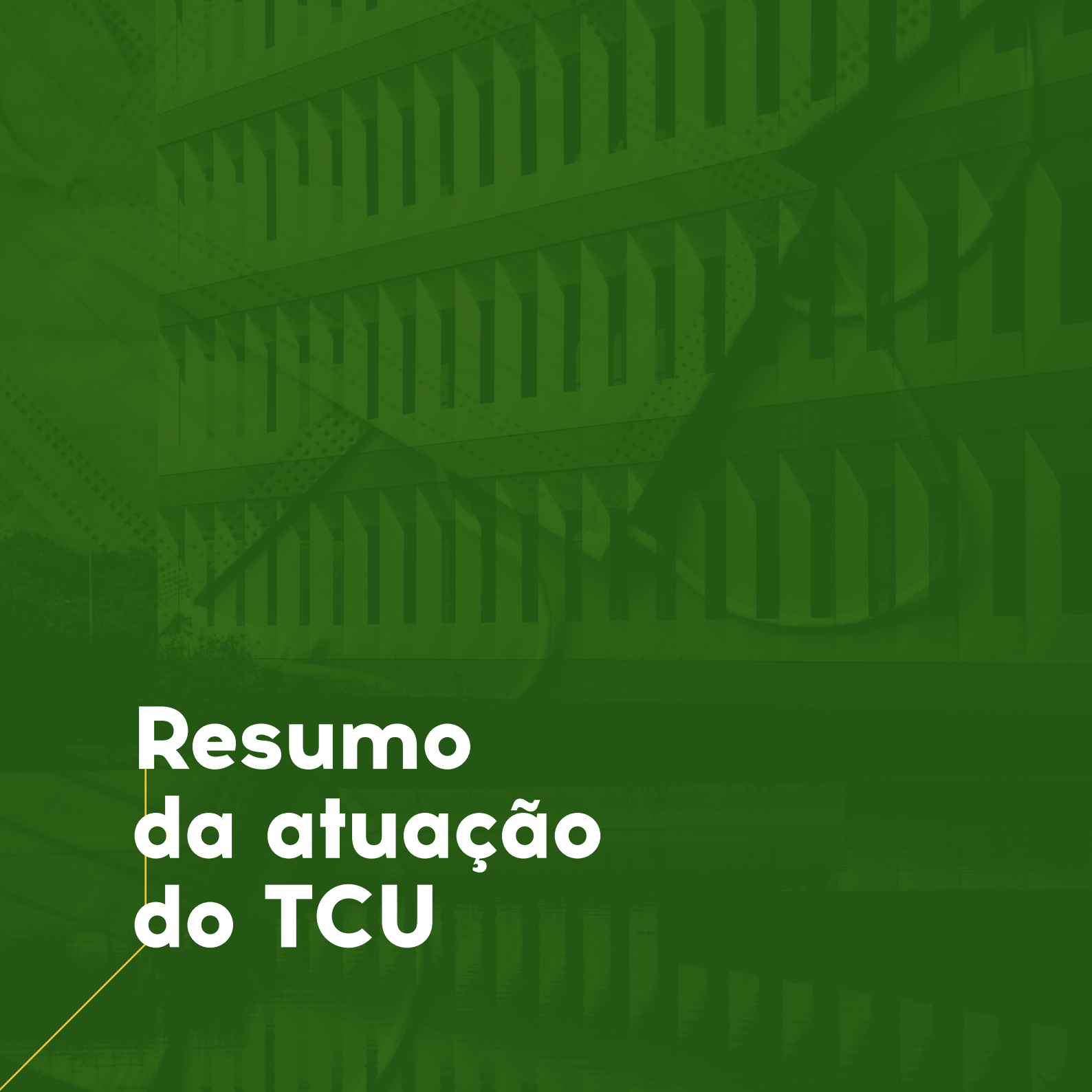
A MP 1000/2020 REDUZIU DE 3 PARA 2 COTAS POR FAMÍLIA E, COM ISSO, MITIGOU OS ABUSOS NAS DECLARAÇÕES DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR, PRESERVANDO A COTA DUPLA PARA MÃES CHEFES DE FAMÍLIA.

3] DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES PARA AMPLIAR BASES DE DADOS



DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES PARA AMPLIAR BASES DE DADOS

No 1º relatório do acompanhamento do auxílio emergencial, o TCU apontou riscos relacionados à insuficiência de dados e recomendou a inclusão de dados de servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e dos entes subnacionais. Em representações específicas, o TCU determinou ao Ministério da Defesa e à Receita Federal o compartilhamento de dados com o Ministério da Cidadania. O TCU também detectou candidatos à Eleição de 2020 com patrimônio elevado recebendo o auxílio. Os dados do TSE também foram incorporados pelo Governo.

The background of the slide features a photograph of a modern, multi-story building with a distinctive architectural design, characterized by a series of vertical, rib-like structures. The image is overlaid with a semi-transparent green filter. A thin yellow line originates from the bottom left corner and extends diagonally upwards, passing behind the text.

Resumo da atuação do TCU



IMPACTO TCU

- Verificação mensal de elegibilidade
- Aprimoramento dos limites de cotas por família
- Suspensão de indícios detectados pelo TCU
- Ampliação das bases de dados
- Devolução de pagamentos indevidos
- Divulgação no Portal da Transparência

37
PROPOSTAS



19
IMPLEMENTADAS OU
EM IMPLEMENTAÇÃO

SETEMBRO CORREÇÃO DE RUMOS MP 1000/2020 NOVAS REGRAS

Pagamentos
em Agosto
Auxílio Emergencial
**64,9 milhões
de beneficiários**



Pagamentos
em Dezembro
Auxílio Residual
**56,8 milhões
de beneficiários**

O TCU apontou falhas na verificação de limites de renda e cotas por família e influenciou a edição da MP 1000/2020 que excluiu **8 milhões de pessoas que perderam os requisitos de elegibilidade.**

PROPOSTAS NÃO IMPLEMENTADAS

OPORTUNIDADES PARA DISCUSSÃO TÉCNICA E APRIMORAMENTO FUTURO

- Integração entre procedimentos automatizados e CRAS
- Divulgação de lista de beneficiários indevidos
- Campanha de conscientização
- Uso da Rede SUAS para contestação
- Declaração Anual de Renda pelo beneficiário
- Atualização cadastral mensal pelo beneficiário



LIÇÕES PARA O FUTURO MANTER O QUE DEU CERTO

- Uso de tecnologia para concessão, manutenção e pagamento
- Focalizar em quem não tem a proteção da renda formal
- Necessidade de implementação do sistema integrado de dados, previsto no art. 12 da EC 103
- Inclusão de limite de patrimônio nos requisitos
- Verificação mensal de elegibilidade
- Necessidade de aprimoramento para evitar disparidades no valor per capita nas famílias
- Parcerias para compensar limitações institucionais



LIÇÕES PARA O FUTURO CORRIGIR VULNERABILIDADES

- Mais de 1 membro por família como beneficiário
- Autodeclaração de renda e da composição familiar
- Falhas na coleta tempestiva e abrangente de bases de dados
- Baixa conscientização e responsabilização do beneficiário
- Baixo uso da Rede SUAS para complementar serviços
- Baixa integração de medidas de proteção social e trabalhista

COOPERAÇÃO COM INDEPENDÊNCIA

O TCU respeitou o tempo e o espaço do gestor na crise, priorizou as medidas emergenciais e fez determinações e recomendações propositivas e tempestivas que melhoraram o Auxílio Emergencial.

15
AUDITORES → **12**
RELATÓRIOS → **37**
PROPOSTAS

CLIQUE AQUI
PARA ACESSAR OS
RELATÓRIOS.



ACOMPANHAMENTO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL



ACÓRDÃOS
[ACESSE AQUI](#)



RESUMOS
[ACESSE AQUI](#)



RELATÓRIOS
[ACESSE AQUI](#)



DECISÕES DO TCU

09/06/2020 TCU avalia a implementação do auxílio emergencial

06/07/2020 Pagamento irregular do Auxílio Emergencial a militares e jovens de classe média

08/07/2020 TCU verifica indícios de auxílio emergencial indevido a mais de 620 mil pessoas

17/07/2020 TCU verifica que Auxílio Emergencial pode chegar a meio trilhão até dezembro

02/09/2020 TCU determina interrupção de pagamentos indevidos do auxílio emergencial

09/09/2020 TCU analisa a qualidade das informações do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)

06/11/2020 TCU disponibiliza lista de candidatos às eleições de 2020 que receberam auxílio emergencial

13/11/2020 Auditoria do TCU aponta falhas no controle do auxílio emergencial

26/11/2020 Processamento do auxílio emergencial tem inclusão e exclusão indevida de pessoas

11/12/2020 Monitoramento do TCU evita o atraso do Auxílio Emergencial em dezembro de 2020

30/6/2021 TCU verifica acesso ao Auxílio Emergencial por população ultra vulnerável

15/12/2021 TCU conclui Acompanhamento e apresenta balanço geral da implementação do Auxílio Emergencial

PAINEL DE DADOS

O TCU disponibilizou, desde junho de 2020, um Painel de Acompanhamento das Ações para Preservação de Emprego e Renda. A ferramenta amplia a transparência em relação aos gastos públicos e oferece ao cidadão acesso a informações de fácil entendimento sobre as medidas de proteção ao emprego e à renda adotadas pelo governo federal durante a crise.



DIVULGAÇÃO INTERNACIONAL

Evento da Organização Internacional de Entidades de Fiscalização Superior - Intosai

Grupo Técnico sobre Covid 19 do Comitê Supervisor de Assuntos Emergentes

Tema: Abertura das EFS e garantia de inclusão em condições de emergência





Programa especial de atuação no
enfrentamento à crise da **COVID-19**

SEGECEX Secretaria Geral de Controle Externo

COECONOMIA Coordenação Geral de Controle Externo da Área Econômica e das Contas Públicas

SECEXPREDIÊNCIA Secretaria de Controle Externo da Previdência, da Assistência Social e do Trabalho

SEFIP Secretaria de Fiscalização da Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios